

Gradualismo uruguaio

Flávia Schilling perto da liberdade. Os seqüestrados no sul terão de esperar.

Implantada em 1973 com o ostensivo apoio do governo brasileiro da época, o regime militar do Uruguai causa hoje freqüentes incômodos ao Palácio do Planalto e ao Itamaraty. Na semana passada, dois viajantes procedentes de Montevidéu chegaram ao Brasil para discutir delicados temas na área dos direitos humanos, envolvendo os dois países. Quarta-feira, em Brasília, o embaixador do Brasil no Uruguai, Antônio Corrêa do Lago, discutiu no Itamaraty a situação de Flávia Schilling, uma brasileira de 27 anos, que há oito cumpre pena em Montevidéu, condenada por colaborar com a organização terrorista Tupamaros. O embaixador informou que, graças a mudanças no código penal uruguaio, Flávia deverá ser finalmente libertada, no máximo dentro de dois meses.

Na quinta-feira, em São Paulo, o cardeal dom Paulo Evaristo Arns recebeu um apelo pessoal de Lilia Celiberti, mãe de Lilian Celiberti Rosas de Casariego, exilada uruguaia seqüestrada em Porto Alegre a 17 de novembro de 1978, junto com seus filhos menores, Camilo e Francesca, e o estudante Universindo Díaz — e recambiada à força para o Comando Central do Exército, em Montevidéu. Preocupada com sua filha, até hoje isolada numa cela do 13.º Batalhão de Infantaria,

na capital uruguaia, dona Lilia veio a São Paulo para pedir que a Igreja brasileira aderisse a uma campanha internacional pela libertação de Lilian — ou, ao menos, para que as condições carcerárias de sua filha sejam regularizadas. Dona Lilia vê dois caminhos: ou transferem sua filha para a penitenciária de Punta de Rieles, a mesma onde está Flávia Schilling, ou dão a ela, que tem dupla cidadania (uruguaia e italiana), o direito de opção. Nesse caso, Lilian

optaria pela cidadania italiana e seria expulsa do Uruguai.

TRÊS QUARTOS — Como a situação de Flávia é melhor, seu caso — politicamente mais importante — pode estar de fato à beira de uma solução definitiva.

A vinda do embaixador Corrêa



Dona Lilia a dom Paulo: "Minha filha passa mal"

do Lago a Brasília, na semana passada, chegou a ser interpretada como a pressão mais forte e definitiva de Brasília sobre o governo uruguaio. O Itamaraty, porém, apressou-se em desmentir, esclarecendo que o embaixador pedira autorização para viajar assim que fora informado sobre as alterações no Código Penal. Entre outras coisas, a mudança prevê liberdade para todos os presos políticos que já tiverem cumprido três quartos do total da pena a que

foram condenados — caso em que se enquadra Flávia.

É certo que os militares uruguaio sempre manifestaram pública ojeriza a qualquer tentativa de interferência em seus assuntos internos. Irritam-se com campanhas públicas, como a desencadeada pelo Comitê Brasileiro de Anistia, pela libertação da presa brasileira — sentimento repartido com menos indignação e mais resultados práticos pelo governo brasileiro. Alguns incidentes da semana passada, contudo, contribuíram para reforçar a impressão de que, de algum modo, o Uruguai sentiu que era melhor atenuar suas posições. Na terça-feira, por exemplo, o truculento coronel Silva Ledesma, presidente do Supremo Tribunal Militar do Uruguai, declarou aos jornais de Montevidéu que Flávia Schilling não seria libertada antes de cumprir o último dia dos dez anos de prisão a que foi condenada. Menos de 24 horas depois, o próprio Ledesma se desmentiria, anunciando que está próxima a liberdade de Flávia, graças às alterações no Código Penal. Por que essa súbita e radical mudança? As declarações anteriores, disse o coronel, saíram truncadas nos jornais.

500 MILHÕES — Trata-se de um equívoco incomum, pois toda a imprensa uruguaia está sob censura. A rápida mudança de posição de Ledesma pode ser explicada pelas divergências internas que existem hoje entre os "falcões" e os "pombos" — aqueles que desejam manter a qualquer preço uma ditadura feroz, e os que buscam pelo menos um ensaio de redemocratização. Ledesma está entre os mais duros, conhecido por uma frase curta e grossa sobre os presos políticos em seu país: "O Uruguai tem 1 600

problemas porque não teve 1 600 mortos". "Falcão", Ledesma é contra a libertação de Flávia, mas acabaria vencido pelos "pombos", no momento em superioridade política.

É claro que existe um grande desejo de que ela saia o quanto antes da prisão. Comenta-se no Planalto que, se ela ainda estiver na cadeia em abril, quando deverá ser libertado o último preso político existente no país — José Salles de Oliveira, recolhido a um quar-

PEDRO MARTINELLI



Punta de Rieles, onde está Flávia, por quem o CBA faz campanha

tel em Fortaleza —, o Brasil enfrentará uma situação constrangedora: o único preso político brasileiro passará a ser Flávia Schilling, por trás de grades uruguaias. São elementos de pressão que não precisam ser objetivamente acionados, pois juntam-se a outros, como a excessiva dependência econômica do Uruguai, que deve 500 milhões de dólares ao Brasil.

ONZE REFÊNS — O caso de Lilian Celiberti é mais complicado. Seus familiares, porém, acham que há cerca de um mês surgiu uma luz por onde poderá entrar o interesse brasileiro pelo assunto — se houver. Na ocasião, e assumindo uma iniciativa inédita, os militares uruguaios mandaram publicar nos jornais de Montevideu o duro relatório do Departamento de Estado americano sobre a situação dos direitos humanos no país. O documento menciona o seqüestro, mas, na resposta em

que fazem reparos a algumas denúncias, os militares não dedicam uma só palavra a tal acusação. A ausência de desmentido implicaria um reconhecimento do crime.

“Lilian está magra, pálida, não consegue dormir. Teve que pedir calmantes, suas mãos tremem muito”, conta dona Lilia, que visita a filha durante 45 minutos, a cada quinze dias, às sextas-feiras. Reticente em suas informações, para não ampliar o fosso que separa sua família das autoridades uruguaias, ela diz ter outro motivo mais recente para inquietar-se com Lilian. Há pouco mais de um mês, uma comissão internacional da Cruz Vermelha percorre os cárceres uruguaios, entrevistando os presos políticos, um a um, para fazer um relatório sobre suas condições de vida. Dos 1 600, apenas onze foram subtraídos às visitas da Cruz Vermelha — entre eles, Lilian e Universindo.



A inquietação é procedente. Dos onze presos, oito são antigos dirigentes da organização terrorista Tupamaros, entre eles Raul Sendic, o fundador do movimento; o nono é o general Liber Seregni, candidato das esquerdas derrotado nas últimas eleições presidenciais uruguaias, em 1971. Todos são considerados “refêns” pelos militares uruguaios — ou seja, passíveis de represália se houver qualquer “ato subversivo” por parte de alguma organização clandestina. ●

Lilian Celiberti foi torturada ainda no Brasil

Passados dezesseis meses, investigações da imprensa, depoimentos de ex-presos políticos e algumas informações policiais tornam possível traçar com precisão cada vez maior os lances do seqüestro em Porto Alegre. Informa-se agora, por exemplo, que Lilian Celiberti foi torturada ainda no Brasil, logo após ser detida, sozinha, na estação rodoviária de Porto Alegre, no dia 12 de novembro de 1978. Seus captores eram dez homens, entre uruguaios e brasileiros. Completamente nua, Lilian foi submetida a choques elétricos e outras violências. Ela não gritava ao receber os choques e os brasileiros começaram a ficar nervo-

sos. Então, um dos uruguaios comandou: “Mais voltagem, mais voltagem!”

Ao encontrarem o endereço da vítima entre seus pertences, os policiais suspenderam a tortura e foram para a rua Botafogo, onde Lilian residia. Na frente do prédio, agarraram Universindo e o menino Camilo, filho de Lilian, que saíam para um jogo de futebol. Quando constatarem que Lilian vivia com duas crianças pequenas, os policiais brasileiros ficaram aparentemente desconcertados. Disseram a ela que deixasse as crianças com alguma família conhecida e lhe permitiram bater no apartamento da vizinha. Lá, contudo, não havia ninguém. A solução foi deixar os dois sob a guarda da escritã Faustina Elenira Severino, no DOPS de Porto Alegre. Dois ou três dias depois, Lilian e as crianças foram levadas até a

fronteira uruguaia, junto à cidade de Chuí.

Na fronteira, a sequestrada ouviu a ameaça: “Ou colaboras ou desapareces”. Ela resolveu colaborar, para salvar os filhos, que foram enviados a Montevideu — onde seriam entregues aos pais de Lilian, que ali residem. De volta ao DOPS, Lilian encontrou-se com Faustina. Ao saber da história, a escritã entrou em pânico e chorou, dizendo desconhecer os motivos da presença das crianças na polícia. Meses mais tarde, Faustina morreria vítima de uma síncope, no dia 7 de maio de 1979. Sabe-se agora, também, que Lilian foi levada sozinha para Montevideu, na semana seguinte ao seqüestro, passando provavelmente por Livramento e Rivera, cidades fronteiriças entre Brasil e Uruguai, e por Tacuarembó, já em território uruguaio.